

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA COM OS COLABORADORES DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCP) REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2019, os membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP reuniram-se na Sala de Retratos, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: Pelo **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, o Secretário-Executivo, Luiz Pontel de Souza, o Secretário Nacional do Consumidor e Presidente do CNCP, Luciano Benetti Timm, o Secretário Executivo do CNCP, Guilherme Vargas da Costa, a Secretária Executiva Substituta do CNCP, Silvana Maria Amaral Silveira, bem como os membros e colaboradores: **órgãos governamentais** – pelo **Conselho Estadual de Combate à Pirataria de Florianópolis Santa Catarina – CECOP**, Jair Antônio Schmitt; pela **Câmara dos Deputados**, Adilson Nunes de Lima e Alexandre Sankievicz; pelo **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, Inspetor Nimer; **Agência Nacional de Cinema – ANCINE**, Eduardo Luiz P. Carneiro; pelo **Consulado Americano**, Rodrigo M. Dias, Maria Dellore e Aristides Moura; pelo **Consulado Britânico**, Angélica Garcia; pelo **Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade – FNCP**, Edson Luiz Vismona e Flávio Augusto Nunes; pela **Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL**, Karla Crosara I. Rezende e Maria Augusta; pelo **Ministério da Economia**, Miguel Campo de Carvalho, Rafael Guilherme Wandrey, Hélica de Souza Máximo e Talita Neves de Oliveira; pela **Secretaria Nacional de Segurança Pública**, Marcelo Aparecido Moreno; pelo **Ministério das Relações Exteriores**, Ministro André Odenbreit Carvalho e Maximiliano da C. H. Arienzo; pelo **Ministério da Cidadania**, Silvana Demartini de Oliveira; pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, Maria Lucia Ricci e Sânya Léa Alves R. Lopes; pelo **Departamento de Polícia Federal**, Nilson V. Santos; pela **Assessoria Especial de Assuntos Legislativos–AEAL**; pela **Secretaria de Operações Integradas**, Hélio Wazlawosky. **representantes da sociedade civil** – Rita de Cássia Marques pela **Confederação Nacional do Comércio – CNC**; Silene Moneta pela **Associação pela Indústria e Comércio Esportivo – APICE**; Newton Vieira Júnior e Guatimozin de Oliveira S. Filho **Grupo de Proteção à Marca – BPG**; Tânia Lima pela **UBV&G**; Rosilda Prates e José Carlos A. Junior pela **Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação – P&D**; Edson Nakajima pela **Motion Picture Association – MPA**; Andre Felipe Teixeira e Carolina U. Soares pela **Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA**; Ana Maria Silva de Sousa pela **ALIANZA**; Jeferson Stultz pela **Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES**; João Emílio Gonçalves pela **Confederação Nacional da Indústria – CNI**; Antônio Eduardo M. Da Silva pela **The Software Alliance – BSA**; Edwal de Paula Junior e Emílio Carlos Salani pelo **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN**; Carlos Galant pela **Associação Brasileira da Indústria do Fumo – ABIFUMO**; Márcio Bósio, pela **Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos – ABIMO**; Wanderson dos Reis e Henrique Uchio Tada pela **Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC**;

**ABERTURA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCP)**

**Luiz Pontel, MJSP:** Abriu a reunião saudando e agradecendo a todos os presentes. Saudou o Dr. Luciano Benetti Timm, que assumiu, naquele ato, a Presidência do Conselho e cumprimentou os demais colegas integrantes da mesa. Relatou que com a transição de governo algumas mudanças estruturais foram implementadas na Esplanada dos Ministérios como um todo, não só no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mencionou que alguns Ministérios foram extintos e as suas atribuições foram repassadas a outros órgãos, o que também aconteceu com

o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, primeiramente, com a reunificação das duas pastas que haviam sido separadas o ano passado, Justiça e Segurança Pública. Frisou que é um desafio muito grande a reunificação dessas duas pastas, e não só isso, receber atribuições de outras áreas do governo, que deverão ficar a cargo do MJSP, a exemplo de parte de registro sindical em razão da extinção do Ministério do Trabalho e a incorporação da estrutura do COAF ao MJSP, estrutura muito importante e que estava no Ministério da Fazenda. Comentou que nesse mesmo sentido o MJSP perdeu algumas aéreas como a Funai, a Comissão de Anistia, entre outros, o que fez com que que permaneceram fossem reestruturadas, a exemplo da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, uma das secretarias mais atuantes do MJSP, aqui representada pelo Secretário Luciano Timm, que foi robustecida nas suas áreas e recebeu uma nova diretoria, a Diretoria de Administração. Relatou que, diante desse novo arranjo estrutural, entendeu-se por bem fazer uma movimentação do Conselho, antes vinculado à Secretaria Executiva, pois após análise de todo o cenário e da compreensão de todas as questões relativas a esse importante Conselho, que não é vocação da Secretaria Executiva estar vinculada a esta unidade. Relatou, ainda, que para dar maior atenção ao que se discute neste Conselho, optou-se por vincular o Conselho à SENACON. Isso foi feito com muita tranquilidade, com absoluta convicção de que o Conselho estará em excelentes mãos. Desejou sucesso nessa nova caminhada e informou que a SENACON possui interlocução direta com o Ministro, pois é uma das áreas de assessoramento direta, portanto o canal hierárquico permanece o mesmo. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do CNCP.

#### **APRESENTAÇÃO DOS NOVOS DIRIGENTES DO CNCP:**

**Dr. Luciano Benetti Timm**, Presidente.

**Dr. Leonardo Albuquerque Marques**, Suplente.

**Dr. Guilherme Vargas da Costa**, Secretário-Executivo.

**POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS E COLABORADORES** (alterações de representantes – portaria de nomeação em anexo);

**Luciano Benetti, MJSP:** Saudou a todos presentes e informou que uma das missões do Conselho é mostrar que o consumidor é uma vítima em potencial da pirataria e isso tem várias implicações, inclusive com o crime organizado. O Conselho será muito sensível a isso, mas será necessário fazer algumas escolhas, e é natural que cada um dos Conselheiros e Colaboradores, representando certos setores, tenha algum pleito, por assim dizer, mas os representantes do poder público vão eleger algumas ações, pois não será possível resolver todos os problemas em um ano, e algumas frenes serão enfrentadas. Em seguida, passou a palavra ao Secretário-Executivo do CNCP.

**Guilherme Vargas, MJSP:** Saudou a todos presentes e relatou que a ideia, com o apoio do Presidente Luciano Timm, é retomar algumas pautas, que ficaram adormecidas durante algum tempo. Relatou, ainda, que terão foco algumas medidas específicas, será dado suporte para as Comissões Especiais que já existem e que novas serão criadas. Frisou que é preciso cobrar resultados das comissões, a partir do trabalho que os Conselheiros e Colaboradores farão na relatoria, com o objetivo de subsidiar a Presidência do Conselho para que medidas efetivas sejam tomadas dentro da esfera de atribuição, em conjunto com outros órgãos. Ressaltou que o combate à pirataria não se faz sem integração e que é essa a função do Conselho, de integração, de cooperação entre os atores dos segmentos. Nesse sentido, o Conselho verificará a possibilidade de planejar operações integradas, já que o MJSP conta agora com uma nova

Secretaria, a SEOPI (Secretaria de Operações Integradas), que poderá contribuir de forma bem efetiva nesse planejamento. Além da capacitação, do treinamento, da abordagem econômica, a abordagem repressiva é fundamental no combate à pirataria. Frisou, também, que o Conselho não faz nada de forma isolada, contando com as instituições para atuar de forma conjunta, dentro da sua esfera de atribuição.

#### **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

O Secretário-Executivo do Conselho colocou em deliberação a aprovação da ata da reunião anterior (5ª Reunião Ordinária de 2018). A ata foi aprovada por unanimidade.

**DELIBERAÇÃO DAS DATAS PREVISTAS PARA REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 2019:** as datas sugeridas foram: 24/04, 26/06, 28/08, 30/10 e 27/11, aprovadas por unanimidade.

#### **DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE CIGARRO**

**Luciano Timm, MJSP:** Relatou que é um tema que, por sua complexidade e consequências,

preocupa o Ministério da Justiça e Segurança Pública. No combate ao crime organizado, o contrabando e pirataria na área dos cigarros chamou atenção pelos dados que foram trazidos ao conhecimento do CNCP. A ideia é trabalhar com impacto regulatório, com políticas públicas baseadas em evidências. Nesse sentido, os dados trazidos foram, ainda que preliminares, impactantes e alinhados com a política geral do Ministério, nesse caso a proposição seria criar também uma Comissão Especial de Cigarro.

**Carlos Galant, ABIFUMO:** Comentou que a criação dessa comissão é positiva no sentido de que atue e trace estratégias repressivas quanto ao contrabando de cigarros. A ABIFUMO entende que a repressão é um fator importante e manifesta-se pela disposição de, também, atuar na Comissão como colaborador.

**Newton Vieira, BPG:** Colocou-se à disposição para fazer parte da comissão de cigarros e informou que um dos membros do BPG é a Philip Morris, poderá colaborar bastante com essa comissão.

**Edson Vismona, FNCP:** Informou que o FNCP também tem a representação de duas das maiores empresas produtoras de cigarros no Brasil, que enfrentam de forma muito dura o contrabando, que hoje domina o mercado (54% do mercado brasileiro está na mão do contrabando do Paraguai; a evasão é de 11 bilhões e 500 milhões de reais; a arrecadação foi de 11 bilhões e 400 milhões de reais, ou seja, pela primeira vez a evasão fiscal superou a arrecadação). Esses dados foram coletados pelo ETCO, Colaborador no CNCP, que também tem a indústria do tabaco como um dos seus associados. Então, em nome do FNCP e do ETCO, apoiou integralmente essa iniciativa, que entende muito importante pela convergência com o tema de ilegalidade e com todas as questões dos crimes correlatos, relacionados a essa prática absolutamente criminosa. Apoiou essa iniciativa e se colocou à disposição do CNCP na formação dessa comissão.

**Jair Schmitt, CECOP:** Informou que o CECOP iniciou tratativas, no início desse ano, para se criar uma comissão repressiva do cigarro e se colocou como interessado de fazer parte dessa comissão, para troca de experiência, pois no Sul do Brasil a Souza Cruz que tem munido de informações relevantes a Secretaria Estadual de Segurança Pública, que prontamente se manifestou favorável à criação de uma equipe de inteligência e fiscalização para repressão do contrabando de cigarro em Santa Catarina.

**Luciano Timm, MJSP:** Consultou os presentes para a definição do Relator para a Comissão Especial de Cigarro e deliberou-se pela escolha do FNCP como Relator Titular e o BPG como Relator Substituto.

**DELIBERAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE INGRESSO NO PAINEL DE COLABORADORES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS – ABRABE, DO INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO – IDV E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LICENCIAMENTO – ABRAL.**

**Newton Vieira, BPG:** Comentou sobre a parceria que tem com a ABRABE e do interesse que a associação tem em participar do quadro de colaborador do CNCP. Disse, ainda, que como a pirataria de bebidas cresceu muito nos últimos anos, a referida associação terá muito a contribuir com o CNCP e que os interesses são convergentes com os do Colegiado.

**Luciano Timm, MJSP:** Alertou sobre a preocupação que tem com o varejo, sobretudo com a pirataria digital, então entende como relevante, pelo fato de que muitas empresas de varejo se transformaram em plataformas, tema que já chegou na SENACON, onde foram ouvidos os lados interessados, e, nesse sentido, entendeu ser importante a deliberação sobre a participação do **IDV** no Painel de Colaboradores, bem como da **ABRABE**. Sobre o pedido da **ABRAL**, entende ser o licenciamento um tema sensível na área policial, provavelmente na área de segurança pública e também defende a deliberação sobre o pedido para integrar o CNCP como Colaborador. Com o voto favorável dos presentes, considerou aprovada a integração das três entidades para compor o Painel de Colaboradores.

**Luciano Timm, MJSP:** Solicitou das associações presentes para ingressem na plataforma *consumidor.gov.br* para mostrar à sociedade que os agentes econômicos apoiam a ideia. Essa plataforma teve, em 2018, 600 mil atendimentos, com nível de satisfação em 80% dos casos, no prazo médio de 10 dias. Essa plataforma do Governo Federal desburocratiza e protege o consumidor.

**BREVE APRESENTAÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIAIS:**

**E-COMMERCE – Silene Moneta – ÁPICE:** Relatou que o objetivo da apresentação é contextualizar a questão de comércio eletrônico e a pirataria e, também, retomar um pouco do que foi realizado no ano de 2018 em relação a esse tema e que pode ser base para dar continuidade aos trabalhos desse ano. Ilustrou uma publicação da *Amazon*, que em seu balanço nos Estados Unidos tratou dos fatores de risco, de gestão e problema que enfrenta por não conseguir controlar efetivamente a quantidade de ofertas de produtos piratas dentro da plataforma. Ressaltou que isso ilustra a magnitude do problema e que é a primeira vez que se vê posicionamento claro das plataformas sobre o tema. E para quem já trata do tema há algum tempo, é uma sinalização bem clara de que todos os esforços que estão sendo feitos até o momento, talvez, não estejam sendo eficientes. Outra evidência é um relatório que foi publicado na UNIFAB – União de Fabricantes da França, no ano de 2016, que evidencia que o problema se tornou sistêmico e demonstra a correlação de um crime que é considerado de menor potencial ofensivo, com crimes que tem maior impacto para a sociedade como um todo. O relatório evidencia, por não se observar a questão com o devido cuidado, como o fluxo de recursos dentro da pirataria pode financiar atos terroristas e outros crimes mais graves, além de mostrar, ainda, evidências de que as pessoas que estavam envolvidas no atentado *Charlie Hebdo*, em Paris, eram pessoas que já tinham sido presas anteriormente por crimes de menor potencial ofensivo, e, que a inteligência não conseguiu captar isso de forma preventiva. Comentou que a Folha de São Paulo publicou uma matéria citando exemplos do Instagram, onde há 58 mil seguidores em um determinado link de venda de iPhone, com ofertas de preço com

30, 40, 50% inferiores aos preços dos produtos nas lojas de varejistas, uma diversidade de produtos e modelos. São evidências muito claras de que não se trata apenas de um vendedor e uma oferta. Mostrou que a pirataria existe nas lojas físicas, porém a internet comporta uma complexidade maior de ofertas, o que torna a atuação da comissão fundamental. Defendeu que o controle não tem que ser só sobre pirataria, mas também sobre legalidade. Comentou a respeito da licença desses produtos comercializados pela internet, do impacto para a saúde pública, de falta de certificação, entende que esse custo está totalmente terceirizado para o Estado/setor privado e para o consumidor, que não tem condições de identificar e diferenciar a oferta de produtos dessa magnitude. Ilustrou um anúncio que teve 15.179 vendas, em 4 meses, de um produto eletroeletrônico que queima a cabeça das pessoas, sem certificação. O PL333, que busca equiparar a penalidade com as penas que já existem para direito autoral hoje no país, entra e sai de pauta sem ser votado. Ressaltou que o comércio eletrônico é facilitado pela falta de penalidade e porque mantém os vendedores no anonimato. Comentou que as plataformas de comércio eletrônico argumentam que agem amparadas pelo Marco Civil da Internet, e que o artigo 19 não as responsabilizam. Por fim, ressaltou que comissão pretende retomar as atividades, fazer uma proposta de trabalhar em parceria e em colaboração com as plataformas, com a intermediação do CNCP. Acredita que o problema deve ser tratado em sua origem, a fim de se evitar a terceirização de custos, e, principalmente, o impacto para o consumidor. Acredita na busca por uma solução sistêmica, de impacto e realmente eficiente.

**Antônio Eduardo Mendes da Silva (Pitanga), BSA:** Aduziu que o e-Commerce é um dos maiores problemas que o setor de Software vive e isso se observa na questão dos *market places*, com um aumento muito grande das vendas irregulares (piratas). Solicita ainda a inclusão da BSA e ABES nessa comissão.

**Carolina UDulutsch, ABTA:** Relatou o quanto a ABTA vem sofrendo com a pirataria no comércio eletrônico. Ressaltou que hoje o usuário de pirataria de TV não precisa mais ir a mercado clandestino para adquirir um equipamento, basta entrar em um site, aparentemente confiável para o consumidor, e ter à disposição a oferta indiscriminada desses aparelhos. Como já foi dito, as plataformas se escoram no argumento de que o Marco Civil da Internet protege a liberdade de expressão e por conta disso não é feito o monitoramento. Por fim, solicitou a participação da ABTA não só na comissão do e-Commerce como também na dos Meios de Pagamento, colocando seus conhecimentos tecnológicos e jurídicos à disposição das comissões e do Conselho.

**Silene Moneta, ÁPICE:** Falou que as plataformas estão começando a enxergar a dimensão do problema e que também vão precisar de ajuda para manter suas marcas íntegras e controlar o problema.

**Newton Vieira, BPG:** Ressaltou a participação da comissão no ano passado e que no final do ano a SENACON estava verificando a possibilidade de regulamentação de um cadastro dos anunciantes nas *market places*, o que considera o assunto bastante importante, sendo necessária sua retomada. Chamou atenção para a questão do anonimato e disse que isso muitas vezes fomenta o crime. Insistiu em dizer que tem de haver uma visibilidade maior para as marcas e para os consumidores de quem é o vendedor efetivo daquele produto.

**Tânia Lima, UBVEG:** Ressaltou que já se colocou à disposição das comissões, pois estão todas interligadas, observa que além de apoiar as comissões a UBVEG também tem parcerias, por exemplo com o Mercado Livre. Sugere que sejam feitas, e, muito bem planejadas novas ações

preventivas para que seja evitado a proliferação absurda do problema da pirataria no comércio eletrônico.

**Edson Vismona, FNCP:** Reafirmou a complexidade do tema e falou alegria de ter um Presidente que também é o Secretário do Consumidor, pois é um assunto que envolve diretamente a saúde e segurança dos consumidores. Falou da dificuldade que houve na reunião com as plataformas com o CNCP em 2018, pois faltou entendimento sobre a real dimensão do problema. Quando os *market places* falam que eles estão sobre o abrigo do Marcos Civil da Internet isso causa aos consumeristas profunda indignação, porque rasgam o Código de Defesa do Consumidor, especialmente quando falam da oferta, já que são responsáveis pela oferta que fazem. Entende ser necessário aprofundar o estudo do tema.

**Jeferson Stultz, ABES:** Ressaltou que Comissão de e-Commerce tem tudo a ver com a Comissão de Meios de Pagamento e que tudo se converge no final. As empresas de software que investem milhões em desenvolvimento têm os seus softwares comercializados também através de e-commerce. O caso do varejo eletrônico é muito crítico para toda a indústria nacional, a exemplo do valor de 1.7 bilhão de prejuízo, que as empresas de software têm anualmente. Solicita que esse tema seja colocado em pauta.

**Márcio Bóssio, ABIMO:** Fala do trabalho da ABIFUMO no combate à pirataria e dos inúmeros problemas que o setor também tem com mercado virtual, principalmente Facebook. Além do prejuízo que isso causa ao Estado e às empresas, tem a questão de saúde, que efetivamente as pessoas desconhecem. Solicitou participação da associação nas comissões de e-commerce e Meios de Pagamentos.

**Henrique Tada, ALANAC:** Ressaltou que com relação à pirataria de produtos farmacêuticos partas já esteve em situação pior, mas ainda assim sem muito controle. Já com relação aos produtos farmacêuticos veterinários o problema tem assolado o país, com muitos casos de falsificação, sem registro do Ministério da Agricultura e diversos casos de veiculação desses produtos nas plataformas digitais. Solicita participação nas comissões e se coloca à disposição para colaborar e fazer alerta de que o produto veterinário também tem um viés de saúde pública bem crítico, pois tanto um pecuarista, que usa um produto falsificado colocando em risco o alimento que vai para mesa das famílias, como também os animais de estimação, que utilizam esse tipo de produto e colocam em risco grande número de pessoas, que têm contato com esse animal, além do fato do animal que consome um produto falsificado. Parabenizou a nova fase do Conselho e disse acreditar no avanço desses temas.

**Luciano Benett Timm, MJSP:** Solicitou, como encaminhamento, que todas essas manifestações baseadas em evidências, sejam levadas às comissões, que deverão, a partir delas, propor medidas concretas.

## **PUBLICIDADE ON-LINE E MEIOS DE PAGAMENTOS**

**Edson Nakajima, MPA:** Disse que tema se tangencia muito com o e-commerce, acreditando ser uma sobreposição muito grande de interesses. A ideia é de efetivamente trazer os players envolvidos no processamento, na liquidação e no pagamento do vendedor efetivo dos produtos, pois a partir do momento que se sai do âmbito da discussão de tirar ou não do ar um link de ofertas de produtos, com o argumento de ofensa ao marco civil, deve-se sancionar administrativamente e de modo autorregulado, a fim de estancar o fluxo financeiro do qual o criminoso se beneficia. A publicidade on-line está muito mais ligada a conteúdo audiovisual propagada de forma ilegal. Sites de ofertas de filmes, séries e até os sites de IPTV, que também

são oferecidas nas plataformas, e é algo manifestamente ilegal, pois não é algo comercializado por nenhum tipo de operadora, nenhum programador, mas estão lá em oferta. As ofertas de conteúdo audiovisual, aparentemente gratuito para o usuário final, estão ligadas à forma como o operador proprietário do site se monetiza; é através da veiculação de propagandas que o operador confere receita, com base em cliques de usuário, por exemplo. E na publicidade online, a estratégia é buscar junto às entidades de autorregulamentação publicitária uma atuação mais contundente, pois quem tem o poder na ponta da receita é o anunciante e dentro do ambiente on-line o ecossistema mudou. Hoje, existem as redes intermediárias, que são responsáveis por localizar os sites onde vão ser veiculadas as propagandas e, não coincidentemente, o site de maior tráfego são aqueles que disponibilizam gratuitamente o conteúdo audiovisual pirateado. Uma das vertentes pela qual se poderia provocar asfixia financeira dos operadores desses sites e diminuir a atratividade de exploração desse tipo de site é justamente pelo meio da autorregulação, e que os anunciantes aderentes às regras do CONAR imponham que as agências busquem ter critérios para contratar as redes, de modo que evitem a colocação de anúncios em sites de altíssima audiência, com muita probabilidade de veicular conteúdo de modo ilegal. Existem outras frentes por parte de publicidade on-line, por exemplo, a divulgação de listas de sites da mesma forma como acontece no e-commerce, em se retiram 10 links e aparecem outros 100. Já a autorregulamentação pode ser bastante efetiva, desde que os anunciantes efetivamente obedeçam às regras que se proponham a adotar. Finalizou agradecendo e se colocando à disposição.

**Newton Vieira, BPG:** Comentou que quer agregar um encaminhamento feito no ano passado no qual julga interessante. Disse que é necessário separar bem as 3 frentes pela complexidade de cada uma e sugeriu convidar os principais Meios de Pagamento existentes no Brasil para reunião a fim de evoluir nesse caminho. E em relação à publicidade, ressaltou a apresentação complexa que o Ygor Valério fez no ano passado e deixou como sugestão retomar as ações da Comissão de Meios de Pagamentos, da mesma forma como está se fazendo à relação à Comissão de e-Commerce.

**Guilherme Vargas, MJSP:** Sugere que seja apresentado um relatório das medidas de curto prazo em toda reunião, para que medidas sejam deliberadas e adotadas.

**Luciano Timm, MJ:** Comentou sobre a importância de se colocar as ações em prática e que, priorizando quais medidas tomar.

#### **APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS/CAPACITAÇÕES**

**Edson Vismona, FNCP:** Fez um breve apanhado das iniciativas que o Fórum vem desenvolvendo no combate ao comércio ilícito e que o CNCP tem participado diretamente, o que é muito importante. Ressalta que o tema do combate ao comércio ilícito, suas relações com as organizações criminosas e terroristas, a implicação que tem com a defesa do consumidor, com a concorrência desleal e com a brutal sonegação de impostos que causa é assunto em todo o mundo. Os dados atualizados que o FNCP tem demonstram que as perdas com o comércio ilícito no Brasil chegaram, em 2017, a 146 bilhões de reais, o que aponta a dimensão do problema que enfrentamos. Hoje, o Governo tem total consciência e tem muito a propor, a ensinar e a fazer. Na esfera internacional, o MRE tem dado uma total atenção ao tema e com momentos importantes, por exemplo, o Paraguai é um país que tem pela primeira vez acolhido na agenda bilateral a questão de combate ao comércio ilícito, especialmente contrabando. A convite do MRE, esteve no final do ano passado em duas reuniões muito interessantes, reuniões de governo Brasil x Paraguai, e depois no Mercosul, nas reuniões técnicas preparatórias com os

Ministros de Justiça, Segurança e Interior, e pude apresentar o quadro brasileiro nessas duas oportunidades, identificando algumas propostas, como a constituição de um gabinete integrado de fronteira. Também com o apoio do MRE, tivemos a reunião da ALAC – Aliança Latino Americano Anticontrabando, realizado do auditório do Itamaraty, onde 15 países estiveram presentes, e a presença de comissões específicas discutindo cada um dos setores industriais diretamente envolvidos. E, nessa agenda internacional, será realizada a próxima Reunião da ALAC na Costa Rica, nos dias 07 e 08 de maio. Informou de sua participação na próxima reunião da OCDE será no dia 18 de março em Paris, na qual o governo brasileiro também deverá estar presente, além da Reunião do Mercosul, também em março, em Buenos Aires, passando a presidência do Uruguai para a Argentina. Falou da importância dessa frente internacional, que é muito relevante e o Brasil é um protagonista sempre chamado para essas discussões, por sua importância econômica e, ainda nessa visão mais ampla, com relação as questões do comércio e transporte de mercadoria ilícitas, ressaltou o trabalho da PRF na realização de operações temáticas nas estradas, por meio de operações articuladas entre setor privado e público, com os estados, com a Receita Federal - COREP, um trabalho muito interessante e muito importante na busca dessa integração. O CNCP firmou com todas as grandes capitais termos de parceria, criando um programa chamado “Cidade Legal”, com combate ao comércio ilícito nas cidades onde algumas avançaram outras não, e tendo como maior exemplo de êxito a cidade de São Paulo. Finalizou dizendo que se sente muito feliz em ver que o Conselho está fazendo essa busca de integração e cooperação de ações.

**Luciano Timm, MJ:** Agradeceu ao relato do Dr. Vismona e falou da importância de recuperar um pouco do passado, especialmente porque alguns dos atuais membros não se encontravam no Conselho.

**HARDWARE – Nilo Pasquali, ANATEL:** Agradeceu e parabenizou a criação da comissão. Fala da existência de um trabalho grande e importante sendo conduzido, desde o ano passado nessa comissão, onde seu foco está atrelado a hardware de produtos de telecomunicações em específico, porque o setor de telecomunicações é uma parte muito relevante do setor. Tudo o que é vendido no Brasil, em princípio, deve passar por um processo de certificação na ANATEL, recebendo um selo de certificação. Um dos principais motivos da criação dessa comissão no ano passado foi tentar aproximar os esforços que a Anatel estava tentando fazer junto aos órgãos que são essenciais nesse processo, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e os órgãos de segurança pública em geral. Esse comitê abriu um espaço muito importante para se começar a fazer ações conjuntas e mais proativas. Falou da importância de se realizarem algumas reuniões da própria comissão para dar andamento a um plano de ação. Falou do projeto Celular Legal que bloqueia os celulares adulterados no Brasil e que entrou em ação em janeiro desse ano e que em março começará a fase de bloqueio terminal. Ressaltou a importância de se manterem as ações que já estavam sendo executadas, como as campanhas para alertar o consumidor da utilização de terminais de equipamentos de telecomunicação no geral. Essa comissão é para tentar trazer todos esses atores envolvidos mais para perto, pensar em um planejamento integrado e aproveitar para convidar a todos que tenham interesse para participar das reuniões da comissão.

**Rosilda Prates, P&D Brasil:** Relatou que a P&D investiu cerca de 20% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento nos últimos 5 anos, algo em torno de 4 bilhões de reais. Isso significa dizer que quando uma tecnologia é desenvolvida no país, estudos internos apontam, 85% da riqueza fica no país, quando é manufaturado 50%, quando é importado 30% e quando é contrabandeado/pirateado, leva mais do que isso para fora do país. Então, além de ter todo esse



esforço no engajamento de todos os atores, para que o mercado seja um mercado legal e que a continue a investir em pesquisas e desenvolvimento, é necessário que se tenham condições iguais, que todos paguem impostos iguais, que todos tenham engajamento de fazer investimentos tecnológico, assim como fazem. Achou que seria uma alternativa bastante louvável e bastante pertinente, que o CNCP apoiasse no sentido de educar a sociedade com uma campanha de orientação, no sentido de alertar o que descaminho, o que é contrabando, quais são os impactos para a sua vida civil quando se pratica o descaminho e, nesse sentido, o engajamento de todos é imprescindível.

**Luciano Timm, MJ:** Agradeceu as colocações da Srª Rosilda e ressaltou que foram feitas as anotações sobre o que foi dito. Reforçou a importância de virem propostas de ações concretas e lembrou da facilidade de articulação por meio do sistema de defesa do consumidor, pois temos braços até fiscalizatórios físicos. Na questão de treinamentos, existe a Escola Nacional de Defesa do Consumidor que fornece cursos online de capacitação, o que possibilita a inclusão de cursos pelo CNCP na plataforma e, também, a possibilidade contar com os Procon's para trabalho de conscientização e de fiscalização.

**João Emílio, CNI:** Falou da participação em conjunto com várias entidades sobre o tema de pirataria e contrabando. Disse que vê com algumas reservas as ações que dependam de denúncias ou dependam do consumidor se manifestar, porque o consumidor na maioria dos casos compra o produto pirata porque é mais barato, sabendo que é pirata. A ação de repressão precisa existir, é importante, mas não parece que seja esse tipo de ação que dará mais resultados, considerando o volume de contrabando que existe. Acredita que se deva pensar em alguma ação que seja capaz de atuar mais no atacado nesse tipo de problema. Tratando-se de plataformas, por exemplo, tem-se conhecimento de que alguns dos vendedores que recebem um selo de reputação das plataformas, e isso é uma coisa importante para o vendedor, o recebem porque realizam milhares de vendas. Quando o vendedor entrega o documento, junta a declaração de não contribuinte, afirmando que não comercializa de forma rotineira e que, portanto, não está inscrito como contribuinte, ou seja, esse produto que é vendido em milhares de sites não vai acompanhado de uma nota fiscal. Talvez valha a pena incluir a Receita Federal na Comissão e pensar formas baratas e simples de resolver isso no atacado. Sugere sua participação na comissão de e-Commerce.

**Jeferson Stultz; ABES:** Falou que um dos trabalhos que estão fazendo é em respeito às leis, como também são parte da iniciativa privada, têm bastante experiência nos países da América Latina e hoje o país *best class* em combate à pirataria é a Colômbia, devido às leis e as classificações de muitas leis que têm. Trabalham para apresentar a experiência da Colômbia, principalmente classificando a pirataria como um crime fiscal, o que nesses últimos 5 anos trouxe uma receita enorme. Existem alguns nichos que talvez todo o Conselho e a indústria se beneficiariam se essa questão fosse discutida posteriormente.

#### **BREVE APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE A PIRATARIA**

**Jair Schmitt, CECOP:** Mostrou um breve vídeo feito em parcerias com as Associações das Universidades particulares de Santa Catarina, com os acadêmicos e professores do curso de publicidade e o CECOP promoveu a capacitação com os alunos sobre propriedade intelectual e direito autoral. Distribuíram material e os acadêmicos cederam o vídeo. O CECOP está em início de tratativas com a ANCINE para ver a possibilidade de o vídeo ser veiculado no Estado de Santa Catarina, antes das sessões de cinema. O acordo de cooperação está bem encaminhado e ainda este ano possa se fazer a exibição nas salas de cinema, como um trabalho educacional. Fez

algumas considerações sobre contrabando, descaminho, pirataria, que causam desemprego, trabalho infantil, concorrência desleal, sonegação fiscal, danos à saúde pública, poluição visual. Salientou que o problema econômico do mercado ilegal foi apresentado num estudo no Encontro do Fórum Mundial em que é apontado que entre os anos de 2005 a 2007 o Brasil perdeu uma economia de 350 bilhões, e só no ano de 2007 o País deixou de arrecadar cerca de 46 bilhões de reais. Em função dessas considerações, o Estado de Santa Catarina resolveu criar o Conselho Estadual de Combate à Pirataria com a intenção de promover e coordenar ações de enfrentamento com a pirataria e a sonegação fiscal, além dos demais delitos da propriedade intelectual, com a Lei Complementar nº 464 de 2009, sancionada no dia 3 de dezembro. A lei preconiza o membro efetivo, o membro colaborador e como membros efetivos o Estado definiu as secretarias: Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Estado da Educação, assim como tem também outros membros governamentais e privados como colaboradores. O CECOP trabalha com três vertentes, a institucional que se ocupa da função de estabelecer parcerias, trabalhar e conhecer as demandas, a educacional e a repressiva. Finalizou mostrando imagens de alguns trabalhos já realizados e diz que pretende capacitar agentes públicos, formar equipes de inteligência, fazer análise das denúncias e apreensões, realizar operações conjuntas e fazer o acordo CECOP/INPI para estimular o registro de marcas e patentes no estado.

**Luciano Timm, MJSP:** Parabenizou o trabalho do CECOP pelo trabalho desenvolvido em Santa Catarina e diz que pode servir como modelo para outros estados. Informou que foi renovado o acordo CECOP/FNCP.

#### **APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS/CAPACITAÇÃO**

**Guilherme Vargas, MJSP:** Sugeriu que essas apresentações das ações para 2019 sejam encaminhadas por e-mail e que, posteriormente, será enviado a todos os membros do CNCP, em que cada órgão verificará sua disponibilidade e interesse no que entender pertinente participar. O que for mais importante será incluído em pauta nas reuniões seguintes. Ressaltou que o CNCP pretendo realizar no final do ano o II Encontro Nacional de Combate à Pirataria.

#### **ASSUNTOS GERAIS**

**Luciano Timm, MJSP:** Comunicou que a SENACON tem possibilidade de firmar convênios e acordos de cooperação técnica, e que está em discussão um convênio com o Governo inglês. Informou que estão sendo estudados outros convênios que sejam de interesse do país e que interessados devem manifestar interesse.

**João Emílio, CNI:** Com relação à menção que o Vismona fez sobre a força tarefa para tratar de comércio ilegal e contrafação da OCDE, disse que é uma força tarefa relativamente nova e a CNI apoiou a adesão do Brasil, apesar de o Brasil não ser membro da OCDE, já que a participação é possível. Nessa reunião a CNI esteve presente. Entende ser uma agenda importante, inclusive para a imagem do Brasil, como um país que vem tomando medidas para coibir esse tipo de ação. Anualmente o governo americano produz um relatório, o *Report 301*, onde é avaliada a atuação de diversos países no combate à pirataria e a crimes contra a propriedade intelectual. Nesse relatório, é elaborada uma lista de observação e outra lista prioritária. O Brasil já esteve na lista prioritária, com pior ranking, e atualmente está na lista de observação. Anualmente, a CNI apresenta uma petição em que apresenta a evolução da política brasileira de combate à pirataria e da melhoria de modo geral do sistema da propriedade intelectual. Finalizou agradecendo a atuação do CNCP e ao apoio que recebeu do MRE.

**Tânia Lima, UBV&G:** Citou um caso que foi divulgado no dia 21 de fevereiro sobre os anunciantes em que a Disney e Epic Games retiraram anúncios do *Youtube*, pois continham pedofilia. Acredita que o CONAR deva ser trazido a uma reunião do CNCP como grande parceiro, pois trabalha com regras rígidas, ou, ainda, as agências de publicidade para que ouçam e percebam o quanto esse assunto pode afetar o consumidor.

**Guilherme Vargas, MJSP:** Informou que o CNCP reiniciou os contatos com o INPI para a retomada do Diretório Nacional e também com a SEOPi para a formulação de ações conjuntas e integradas.

**Luciano Timm, MJSP:** Finalizou agradecendo a presença de todos e reforçando a importância da presença na próxima reunião ordinária, dia 24 de abril às 14h.

**Observação:** os encaminhamentos encontram-se sublinhados.